



BIOPOLÍTICA, LITERATURA NA AMAZÔNIA E QUESTÕES INDÍGENAS EM RORAIMA: APONTAMENTOS SOBRE A VIDA NUAⁱ

BIOPOLITICS, LITERATURE IN THE AMAZON, AND INDIGENOUS ISSUES IN RORAIMA: NOTES ON BARE LIFE



Huarley Mateus do Vale Monteiro  

Universidade Estadual de Roraima, UERR, Brasil

Daiana Nascimento Dos Santos  

Universidad de Playa Ancha, UPLA, Chile

Resumo: Propomos neste artigo, analisar as relações entre biopolítica, literatura na Amazônia e questões indígenas tendo em vista a gestão da vida e de territórios pelo formas de poder constituídos. Nas obras analisadas, o contexto Amazônia configura-se nas políticas de exploração econômica e intervenções que atingem grupos historicamente subalternizados. O entendimento de *vida nua* reverbera as práticas de eliminação e dá visibilidade aos corpos (In)Dóceis e suas lutas por territórios, contrariando o silenciamento das identidades. Analisamos obras de autores como: Dalcídio Jurando, Márcio Souza, Milton Hatoum e Nenê Macaggi com a intenção de apontar uma escrita historiográfica e processo de violações de direitos. As análises teórico-metodológica ganham força na Teoria Literária e na Filosofia, articulados pela análise textual dos discursos de base foucaultiana: (Michel Foucault; Giorgio Agamben; Roberto Esposito; Achille Mbembe) e, ainda, na literatura (Sarmiento-Pantoja, 2011; Seligmann-Silva, 2011; entre outros). Acreditamos que os resultados destas análises nos possibilitam maior compreensão quanto aos efeitos da Biopolítica e suas representações no campo artístico produzidos na região amazônica, principalmente quando se aborda o corpo matável.

Palavras-chave: Biopolítica; Literatura amazônica; Corpo (In)Dócil; *Vida nua*.

Abstract: *In this article, we aim to analyze the relationships between biopolitics, literature in the Amazon region and indigenous matters, with a view to the management of life and territories by established forms of power. In the works we analyzed, the Amazon context is shaped by the policies of economic exploitation and interventions reaching historically marginalized groups. The understanding of bare life reverberates the practices of elimination and gives visibility to (un)docile bodies and their fights for territory, contradicting the silencing of identities. We analyzed works of authors such as Dalcídio Jurando, Márcio Souza, Milton Hatoum, and Nenê Macaggi, aiming at pointing out a historiographical writing and the process of rights violation. Theoretical-methodological analyses gain momentum in Literary Theory and Philosophy and are articulated by the textual analysis of Foucault-based discourses (Michel Foucault; Giorgio Agamben; Roberto Esposito; Achille Mbembe) and literature (Sarmiento-Pantoja, 2011; Seligmann-Silva, 2011; among others). We believe the results of these analyses help us understand better the effects of Biopolitics and their artistic representations in the Amazon region, mainly when addressing killable bodies.*

Keywords: *Biopolitics; Amazonian literature; (Un)docile bodies. Bare life*



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*lua à vista
brilhavas assim
sobre auschwitz?
(Paulo Leminski)*

A epígrafe que abre este texto replica a citação feita por Tânia Sarmiento-Pantoja (UFPA) e Viviane Dantas Moraes (UFMA), no Dossiê “Catástrofe e Biopolítica na Literatura: Contribuições para a crítica literária” publicado em 2019, na Revista Literatura e Autoritarismo (UFSM).

O texto de Paulo Leminski é oportuno para este momento. Aparece publicado em 1987, na obra *Distraídos venceremos*, em que retoma a catástrofe gerada por ocasião da segunda guerra mundial e aponta para o genocídio praticado contra os judeus. Quanto às sete palavras que se articulam e geram significados, Sarmiento-Pantoja e Moraes produzem significativa reflexão sobre o texto, epígrafe. Vejamos:

[...] A lua e auschwitz são avessos, mas ao finalizar como questão o poema desloca os termos envolvidos, ao mesmo tempo em que abala a universalidade e a singularidade que, respectivamente, os qualifica. Essa experiência do inverso-adverso é igualmente uma experiência-limite, vivida na dimensão do trauma.

É o caso dos desastres inerentes às guerras e aos conflitos, ou aquelas condições em que se faz presente o descaso com a lei e com a norma que deveriam proteger a vida e na ausência ou fragilização dessas torna a vida uma circunstância menor, desqualificada ou desinteressante (Sarmiento-Pantoja & Moraes, 2019, p. 02).

Justamente, na forma de agir e criar a vida “desqualificada e desinteressante”, como efeito do corpo silenciado, adestrado e docilizado, que geram corpos capitalizáveis, *corprodutos* e rentáveis; mas também, matáveis e descartáveis quando vistos como insubmisso e/ou provocador.

A biopolítica é uma chave de entendimento para as relações estabelecidas a partir dessas relações contemporâneas. Consideramos dessa forma, pois o poder sobre a vida, “fazer viver” (Foucault, 2002) tornou-se o centro das diferentes movimentações das sociedades modernas ocidentais, que encontrou no desenvolvimento da medicina um modelo ideológico a justificar seus desdobramentos históricos.

Nessas movimentações, dados estatísticos surgem entre diferentes dispositivos criados para institucionalizar o controle sobre ações provocativas às formas de controle. Sejam elas

sexuais, pedagógicas, bem como jurídicas e de cuidado com a saúde. Podemos considerar esta forma de controle como o agenciamento da vida em sociedade (Foucault, 2002) que atua em conformidade com as violações de direitos.

Quanto a esta forma de pensamento, é inegável a contribuição de Michael Foucault principalmente pelo conjunto de terminologias que fortaleceram perspectivas outras de entendimento científico. A biopolítica se destaca como uma das chaves de entendimento tendo em vista as significativas mudanças que o estado moderno, capitalista neoliberal, passou a atuar na forma de vida dos sujeitos a bem do capital financeiro.

Os diferentes desdobramentos que a biopolítica ganhou repercutem, principalmente, na naturalização das formas de poder. Em movimento oposto, a resistência a ela também se desdobrou em ações contrárias às formas de aniquilamento do outro. No conjunto das ações do capitalismo neoliberal, a vida torna-se “o capital por excelência” (Pelbart, 2003, p. 13) e foco de inúmeras interpretações.

Devemos destacar que neste trabalho apontamos a categoria “vida” enquanto potência, seguindo o que tanto Roberto Esposito (2005, p. 12) quanto Giorgio Agamben (2005, p. 23) nos orientam, pois para além das ações que elegem práticas de violações de direitos fundadas em modelos político-econômicos, que deixam marcas profundas em grupos socialmente excluídos, reverberando incessante forma de anulamento, misoginia e extermínio, como desdobramento do poder soberano.

A saber que a biopolítica tem sido uma chave interpretativa amplamente discutida por estudiosos de áreas distintas, principalmente quando o corpo do ser humano torna-se uma categoria analítica da sociedade contemporânea. Ao apontarmos para esta linha interpretativa, verificamos que os desdobramentos da biopolítica atuam para além das ações tradicionalmente política e repercutem nas formas de poder e controle da vida em sociedade, desde que sejam vidas/corpos produtivos e docilizados.

Cabe lembrar que apesar de ter sido o filósofo francês quem deu significativa atenção ao termo como chave interpretativa, considerando a sociedade moderna, cabe lembrar que os estudos realizados por Friedrich Nietzsche, em *A genealogia da moral: uma polêmica* (1998) repercutiram nos trabalhos do francês. Contudo, um dos intérpretes do pensamento de Foucault na contemporaneidade, o filósofo italiano, Giorgio Agamben (2002), alonga a interpretação sobre biopolítica e, apresenta duas categorias sociais originárias do período grego e sustenta a tese de que a biopolítica antecede o período moderno e suas raízes estariam na *polis* grega.

O filósofo italiano, em *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I* (2002), enriquece a discussão sobre biopolítica ao retomar dois conceitos gregos, *bíos* e *zoé*. Na obra ele evidencia

a noção de *vida nua*, cuja dinâmica de inclusão e exclusão, movimenta-se em um só tempo na *pólis* grega. Dessa forma, G. Agamben afirma que:

O poder soberano é, pois, a instância capaz de determinar e traçar o tênue limite entre a vida protegida e vida exposta à morte, politizando o fenômeno da vida ao incluí-la e excluí-la simultaneamente da esfera jurídica, motivo pelo qual um regime biopolítico é simultaneamente uma tanatopolítica, visto que tanto garante o incentivo quanto o massacre da vida (Agamben, 2002, p. 11).

Pensando por este ângulo, a “vida politicamente qualifica” e a *vida nua*, exposta à morte, Agamben delinea o entendimento de Biopolítica e chama essa forma de excluir o aniquilamento, de tanatopolítica, tendo em vista que essa movimentação em fazer viver, biopolítica contemporânea, também gera efeitos de massacre e morte.

Quando passamos a seguir por esta linha de entendimento, verificamos que os efeitos da Biopolítica apontam para acontecimentos historiográficos, em favor do poder do estado, que nos remontam às políticas de higienização, negacionismos, genocídios, preconceito que atuam incessantemente para construir corpos dóceis, acuados pelo poder soberano.

Esclarecemos que, a movência da biopolítica não se restringe ao poder do estado, agem em diferentes desdobramentos a bem do interesse do mercado financeiro agenciado a elementos sociais, culturais e políticos. Age, fortemente, para depreciar, violar e barbarizar grupos sociais historicamente subalternizados, o que reverbera a forma contemporânea do estado de exceção discutido por Giorgio Agamben (2002).

Associamos esta desqualificação a grupos subalternizados e historicamente subjugados, considerando sua existência enquanto provocadores às formas de poder. Os indígenas e tantas outras “vozes corporais” (como os homoafetivos, negros, mulheres e mestiços) atuantes em espaços artísticos, enquanto corpos provocativos, insubmissos, ainda que apenas representados na linguagem artística. A existência desses corpos é uma condição matável. Entendemos dessa forma, pois há uma “política de morte” (Necropolítica), como bem aponta Achille Mbembe (2018).

A investida contra esses corpos e suas representações nas artes replicam práticas de aniquilamento, nem sempre física, mas também simbólica e, nesse caso, observamos que a miscigenação – tão bem acomodada ao mito do povo cordial e resultado do amalgama das três raças – é um dos principais dispositivos do extermínio simbólico e nulidade crítica sobre as formas como isto é representado nas artes na América Latina, e não só (Nascimento dos Santos, 2022).

Os corpos (In)Dóceis, representados nos estudos de Do-Vale-Monteiro (2019), bem se aplica a este estudo e podem ser entendidos como o ato provocativo em movência às práticas opressoras, naturalizadas em favor da “honra”, dos “bons costumes” e da “nação”, visto que se apropriam da dinâmica do sistema capitalista para agir. Quando passamos a atuar na reflexão desta chave interpretativa, agimos diretamente na desconfiança em terminologias como a noção ordenada de gênero e raça, transpondo os limites do estético, do artístico e do fronteiriço, clausuras do corpo docilizado (Foucault, 1987, p. 27).

2 A LITERATURA E A BIOPOLÍTICA

A literatura durante muito tempo foi considerada, de um ponto de vista humanista, como um dos principais meios de formação de um indivíduo voltado para a convivência em uma sociedade calcada na ética e em ideais democráticos. A literatura seria, assim, parte do estudo e estaria do lado da razão na luta contra a obscuridade, o irracionalismo e a força bruta. As Letras também seriam parte essencial na construção e defesa do espírito, em oposição ao sensualismo bruto e às necessidades corporais. Essa visão da literatura como algo antes de mais nada edificante, no entanto, está longe de ser a ótica única sobre o tema. Isso se dá porque a própria noção de literatura é relativamente recente. Ela é uma criação do Iluminismo tardio e sobretudo do Romantismo (Seligmann-Silva, 2011, p. 121).

O autor nos apresenta dois elementos importantes quanto o surgimento da terminologia “Literatura”. O primeiro refere-se à visão educativa da literatura, posto que ela, enquanto nomenclatura surge tardiamente na tentativa de dar conta da matéria escrita e a escrita das nações em construção; para além desta, já transitava, nas fissuras do escrito, a ressonância de terminologias que não mais davam conta do montante de expressões, entre estas, literatura e nação, explorando o rastro deixado na escrita e que apontavam para acontecimentos historicamente negados.

As inúmeras tentativas de anular as evidências deixadas ao longo de nossa história social, demonstram que é justamente a própria presença desta segunda possibilidade, construídas tendo por referência os acontecimentos historiográficos que a barbárie, o silenciamento e tantas outras formas de anulamento, negação e extermínio materializados na escrituração artística não devam ser entendidos apenas como condescendência, mas merecem atenção e questionamentos constantes.

Quando tomamos por referência a literatura brasileira é possível elencar obras que traduzem esse processo de anulamento do outro. Em *Feliz ano velho* (1982), Marcelo Rubens Paiva reporta a incidência de uma geração emblemática, cuja década de 1980 apontava para a

saída do autoritarismo de então. Obra cujo gênero transita entre a autobiografia, memória, romance (se é possível classificá-lo assim), diário, configurando um limiar sentido fronteiriço, bem ao estilo provocativo oriundo do Modernismo brasileiro.

Com pertinência específica, o elemento histórico como fundante da produção literária, cuja intertextualidade contribui para evocações narrativas romanceadas ou narrativas de depoimentos, cujo narrador evoca o “eu” biográfico, outra obra que também segue essa mesma linha estética é *O que é isso, companheiro?* (1981), de Fernando Gabeira, em que se fortalecem experimentos historiográficos.

Neste recorte feito em favor da Literatura Brasileira, pós 1960, é possível verificar a memória evocando elementos historiográficos, em uso como recurso de ficção, e que nos apontam interpretações quanto a movimentação velada e ativa da biopolítica, seja na forma de extermínio, de silenciamento ou mesmo nas práticas e discurso distorcidos de eventos historiográficos.

O estilo criativo e metafórico apresentado no conto *Ascensão e queda de Robhêa, manequim & robô*, de Caio Fernando Abreu (2001), é oportuno para ilustrar esta ação biopolítica, cujo ato contrário a esta movimentação, Jaime Ginzburg (2012) argumenta que se materializa enquanto recurso criativo, pois adentra no campo artístico e usa a linguagem como elemento de crítica à sociopolítica do controle e violações. Este significativo ato do agir artístico em contracorrente, denunciativa, à forma de poder em evidência também no discurso narrativo, vemos como potencializador da obra de arte enquanto registro criativo, neste caso, do período de chumbo da historiografia brasileira. Podemos até afirmar a existência de uma escrita criativa enquanto arquivo.

Em se tratando do enredo da obra de Caio Fernando Abreu é a marca da hierarquização social na vida capitalista contemporânea. A incessante busca por formas de segmentação e/ou compartimentalização de pessoas em categorias binárias, nos levam a entender que tudo o que foge a essa categorização pode ser associada a vida “desqualificada”, “matável”, no dizer de Agamben (2004); “provocativo”, na interpretação de Do-Vale-Monteiro (2019). Daí o intenso exercício de controle da vida pelas formas de poder aos grupos e territórios marginalizados.

Ressaltamos que a sociedade disciplinar, oriunda do século XVIII e a sociedade do controle, contemporânea, coexistem e atuam para a manutenção do poder de uma pequena parte da população que não seja prejudicada, misturada, ameaçada por grupos “não aceitáveis”, que precisam ser adestrados, docilizados, calados e acuados. E dessa forma a metáfora dos “seres robotizados”, da obra de Abreu (2001, p. 45), bem figura o que apontamos até aqui. Vejamos:

[...] o Poder retirou das farmácias todo o estoque de estimulantes e ordenou o fechamento de todas as oficinas. Legiões fugiam em direção ao campo, corriam boatos de que era a proximidade com as máquinas que provocavam as mutações. Mas sabendo também da possibilidade de se formarem grandes comunidades rurais, o Poder fechou todas as saídas das cidades.

As formas de poder e controle elegem aqueles que devem viver e/ou morrer Agamben (2004, p. 85), carecidos de seguir ordens, cuja hierarquização da vida em sociedade, metaforizada nos escritos de Abreu, repercutem o entendimento de que “Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nessa esfera” (Agamben, 2004, p. 85).

Quando aproximamos as reflexões de Agamben em relação ao que expusemos anteriormente na construção narrativa dos dois autores, entendemos que os apontamentos teóricos se alinham a grupos sociais, territórios e formas de pensar que passam a não ter utilidade.

Outra passagem do texto do filósofo italiano em que ele apresenta a dinâmica da inclusão/exclusão já presente na *polis* grega.

Os gregos não possuíam um termo único para exprimir o que nós queremos dizer com a palavra *vida*. Serviam-se de dois termos, semântica e morfologicamente distintos, ainda que responsáveis por um étimo comum: *zoé*, que exprimia o simples fato de viver comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses) e *bíos*, que indicava a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo (Agamben, 2004, p. 10).

É justamente na confluência entre a *zoé* e *bíos* que a biopolítica pode ser entendida como chave interpretativa das relações sociais e artísticas contemporâneas. Dessa forma, há grupos de indivíduos e formas artística, linguísticas e sexuais que cessam de ser politicamente aceitáveis. Nesse sentido, o *homo sacer* usufrui restritamente de sua vida de insacrificável, sua insignificante *vida nua*, desprovida de qualquer ingerência sobre si. Essa condição dá ao estado o live arbítrio de decidir e controlar sua existência, matável, a bem do estado, da nação e dos “bons costumes da família do bem”.

Quando tomamos por referência a produção artística desenvolvida em espaços marginalizados ou que tem este como cena, percebemos que as tensões se agravam mais ainda, pois para além do espaço, a arte e o corpo daqueles que a produzem e nele dinamizam sua existência, passam a ser constantemente atingidos pela forma de movimentação da biopolítica.

Ressaltamos que na literatura de expressão amazônica, oriunda desse momento histórico, os corpos dos sujeitos étnicos são historicamente retratados de forma desqualificada. A depreciação, a violência e a barbárie afirmam o efeito da biopolítica sobre os corpos historicamente transgressores, insubmissos, principalmente quando estes põem em xeque as formas de poder e controle. A saber:

A reação contrária à existência humana de corpos provocativos é marcada por discursos de desqualificação, preconceitos e práticas de violações. Negros, mestiços, homoafetivos, transexuais, prostitutas, albinos, indígenas, quilombolas e tantas outras “vozes corporais” ressoam enquanto corpos provocativos, insubmissos, pela própria condição de existência. Naturalizou-se a postura de impor classificações, gêneros e raça aos corpos não docilizados, “In-Dóceis”, como forma de disfarce das barbáries praticadas aos viventes em favor da “honra”, dos “bons costumes” e da “nação”. Os corpos “In-Dóceis” representam a resistência contrária às práticas opressoras, visto que se apropriam da movimentação do sistema capitalista neoliberal para “reagir” (Do-Vale-Monteiro, 2019, p. 19).

A chave interpretativa da ação biopolítica se aloja no movimento em contracorrente às formas de controle, principalmente com terminologias como a de corpos (In)Dóceis, posto que questione e provoca o ordenamento conceitualista de gênero e raça em um rompimento de fronteiras e binaridades.

O processo ideológico construído para “desqualificação”, agrega-se ao ordenamento discurso de progresso para “o bem da nação” e constrói espaços e corpos supostamente desprovidos de atitudes, vida e carecidos de ‘cultura e desenvolvimento para viverem, sua ‘vida matável’ em espaços, também marginalizados. É neste tom, de insacrável e de espaço marginal, que o discurso proferido pelo ex-presidente, Getúlio Vargas (1942), se constrói:

É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico [...] O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra... (Vargas, 1942).

O fragmento acima reafirma a metáfora da “vida desqualificada” (Agamben, 2004), mas também o “espaço desqualificado” carecido de cultura e desenvolvimento. A questão é: a qual cultura se refere e que tipo de desenvolvimento é esse? O que vemos é que o campo literário contribui fortemente para interpretações sobre a historiografia não escrita e que se revela nas fissuras e cintilações históricas que vão aos poucos desvelando nas entrelinhas do que é narrado os efeitos violentos e violadores biopolíticos.

Ao considerar o campo artístico como espaço de reflexões quanto às movimentações da biopolítica, afirmamos que segue na mesma movência a forma contrária ao controle e poder. A isto Alfredo Bosi afirma que: “Deve-se aprofundar o campo de visão. E detectar em certas obras, escritas independentemente de qualquer cultura política militante, uma tensão interna que as faz resistente, enquanto escrita, e não só, ou não principalmente, enquanto tema” (Bosi, 2002, p. 129).

A reflexão que Bosi se fortalece na forma de agir contrário a exclusão e anulamento de territórios, sujeitos e práticas socioculturais que não estejam em consonância com o que pretendem as formas de controle. Sarmiento-Pantoja (2011) insere a memória sobre e desses espaços e sujeitos enquanto elemento fundamental para as formas de agir contrárias ao autoritarismo, genocida e excludente:

[...] o abarcamento de uma cultura localizada, a partir das condições geo-espaciais relacionadas à Amazônia, a memória ligada à apreensão da História, particularmente voltada a um conjunto de referências ao regime militar de 1964, e o trânsito da utopia estão entre as linhas de força que julgamos ser mais enfáticas, implicando complexas possibilidades criativas e reflexivas (Sarmiento-Pantoja, 2011, p. 02).

Neste sentido, o excerto reafirma a memória enquanto elemento que prescinde a escritura das violações de direitos não presentes no registro oficial do poder autoritário, pois o escamoteamento das práticas de extermínio e exclusão é também uma de suas ações mais cruéis que atesta sua prática violadora. O efeito é maior e mais grave ainda, pois além de machucar fisicamente, atingir a saúde mental do outro, e causar desafeto, angústia e tristeza põe o sujeito nas deprimentes formas de desamparo, depressão podendo chegar ao suicídio.

O campo artístico literário tem sido espaço fecundo para esta linha de análises, pois tem revelado, principalmente na Amazônia, artistas de uma escritura significativa e potente: Dalcídio Jurandir, Marcio Souza, Nenê Macaggi, Milton Hatoum e Davi Kopenawa são alguns dos nomes reveladores desta linha de escrita cuja memória se fortalece como ato.

Em Dalcídio a saga de Alfredo, personagem principal dos Romances do Ciclo Extremo norte, repercute as mudanças sistemáticas causadas pelo ciclo da borracha e os efeitos na vida das pessoas mais carentes da Amazônia. Os dez romances que compõem este ciclo romanesco Extremo Norte *Chove nos Campos de Cachoeira* (1941), *Marajó* (1992), *Três Casas e um Rio* (1958), *Belém do Grão-Pará* (1960), *Passagem dos Inocentes* (1963) *Primeira Manhã* (1967), *Ponte do Galo* (1971), *Os habitantes* (1976), *Chão dos lobos* (1976) e *Ribanceira* (1978), pois que o período de 1930 a 1960 são momentos fortemente retratados na escrita envolvente

produzida por Dalcídio. Assim, nos mostra Alex Moreira, quanto à crítica sobre a obra do autor paraense:

Pois, segundo Benedito Nunes, os romances são ficções que apresentam um processo de interiorização muito grande, são aventuras de uma experiência interior que cada vez mais se adensa (Nunes *apud* Furtado, 2010, p. 174). Apesar de a crítica literária, produzida nas Academias, ter relegado o romancista à margem do cânone, são comuns as menções apontando que os seus romances foram julgados e avaliados pela crítica jornalística, haja vista a sua hegemonia no momento em que chove nos Campos de Cachoeira, Marajó e Três Casas e um Rio vieram a público (Moreira, 2015, p. 15).

A linha de entendimento sobre a chave da violência, encontro e sucessivos episódios que apontam cenas de violações e maneiras depreciativas de referir-se ao subalternizado, seja por sua condição de mestiço amazônico, ribeirinho ou mesmo migrante do campo para a cidade. Tais situações repercutem o corpo vivente, (In)Dócil, em espaços construídos para acomodar as famílias afortunadas pelo então decadente ciclo da borracha.

A recorrência da barbárie registradas pelo campo artístico, mostra um gênero construído de mesclas de elementos estéticos e históricos. Enfatizamos que o projeto romanesco do autor repercute a marginalidade exercida também pela crítica elitizada e excludente.

Márcio Souza agrega-se a esta linhagem sendo um dos escritores mais versáteis na produção artística contemporânea. Autor de obras significativas como: *Galvez, o imperador do Acre* (1976) e *Mad Maria* (1980), *História da Amazônia* (2009), *Amazônia indígena* (2015) e *Cadernos de Literatura Brasileira* (2003). Foi, ainda, teatrólogo, cronista, jornalista e crítico de arte, com foco de produção nas cenas da vida cotidiana na Amazônia.

O amazonense produziu um estilo de texto que transita em um misto de realidade, com foco em acontecimentos historiográficos, em uma estrutura ficcional que amarra a trama em uma espécie de resposta a questionamentos, que de certo modo nos conduzem a um pertencimento aos espaços georreferenciado na ficcionalidade. Na obra *O fim do terceiro mundo*, Souza potencializa o discurso da criação e práticas excludentes sobre um território marginalizado.

De certo modo, fazemos e não fazemos parte dele. Estamos sendo tragados e ao mesmo tempo ainda deixamos escapar alguns fluxos de matéria, alguns fótons. Nós, os brasileiros, ocupamos um espaço bastante grande para que as imposturas efetivamente se estabeleçam. Daí a descrença generalizada e o desânimo. Somos os primeiros americanos cansados, tentando preservar, com ares de política progressista, a surrada prática da lobotomia rural que reduz o país a um patético latifúndio de cordel e figurinhas de barro (Souza, 2007, p. 31).

As críticas ao estereótipo criado sobre a região amazônica se fortalecem ainda mais quando tomamos por base a biopolítica e os efeitos gerados por ela. O romancista amazonense, materializa as formas excludentes e de extermínio principalmente em uma de suas obras mais significativas, *Galvez: o imperador do Acre* (1976) e que se alinha ao fragmento textual citado anteriormente.

Outro amazonense de grande significância para este trabalho é Milton Hatoum. Os experimentos vivenciados durante a ditadura civil militar brasileira reverberam em seus escritos em cuja memória sobre Manaus, Brasília e São Paulo figuram como espaços narrativos de acontecimentos históricos que enriquecem sua escrita ficcional.

Em sua produção, damos atenção a obras como *Dois Irmãos* (2000), *Cinzas do Norte* (2005), *Pontos de fuga* (2019) e *A Noite da Espera* (2017) em que emergem fortes críticas ao período de chumbo que acometeu a nação brasileira. Devemos ressaltar que as obras perpassam por um processo criativo em que as formas narrativas se associam a registros e anotações em diários. Nelas as fugas, o exílio, as barbáries ganham tom narrativo singular e corroboram para um estilo próprio, ficção hatouniana.

O processo de reescritura e anotações exercidos por Milton Hatoum fortalecem a memória e instauram um estilo às obras com forte proximidade a cenas da vida cotidiana em sociedade, cuja memória age enquanto registro do que não foi dito na historiografia oficiosa. Vejamos:

Quando anotava o que acontecera horas antes, na véspera ou em dias anteriores, a memória me traía a todo instante, mas a solidão e o desejo de escrever me ajudavam a inventar episódios e diálogos que poderiam ter acontecido, palavras de uma memória fugidia, opaca (Hatoum, 2019, p. 182).

O fragmento alude a memória carecida de reconstrução de algo que não foi dito. O que faz com que os conflitos entre personagens das narrativas representem os efeitos nefastos das ações e atuações das práticas repressivas ao longo dos anos do chumbo no Brasil. A saber que:

O motorista do Dauphine foi arrastado até a frente da Veraneio, o clarão dos faróis o cegava enquanto ele se defendia dos socos e pontapés; a moça magra foi arrastada até o clarão, depois o corpo amolecido e ensanguentado do motorista do Dauphine foi jogado no porta-malas da caminhonete (Hatoum, 2017, p. 41).

Seguindo esta linha de entendimento, Nenê Macaggi, no conjunto de obra nominadas por Do-Vale-Monteiro (2019) como *Romances do Circum Roraima*, produz uma narrativa repleta de registros historiográficos cujo pastiche fortalece o elemento criativo. Para, além

disso, o discurso do menosprezo, da desqualificação, das violações de direitos, a representação da *vida nua*, (In)Dócil, marcam o enredo dos quatro romances que compõem sua produção artística.

Em *Mulher do garimpo* (2012a), *Dadá-Gemada* (1980), *Exaltação ao verde* (1984) e *Nará-Sué Uerená* (2012b) as cenas de violações se multiplicam seja sobre a forma corporal do travestimento da personagem Ádria, ou na existência corporal indígena de Nará-Sue-Werena. Nas obras, as personagens figuram enquanto corpo matável, constantemente em situações vexatórias, de acanhamento e em conflitos angustiantes e existenciais. Na passagem a seguir o tom depreciativo é a representação do indígena. Contudo, é o registro das formas excludentes, depreciativas e violadoras de grupos historicamente marginalizados. Vejamos o que Macaggi diz:

A cabeleira, espessa, lisa, negra e comprida nas mulheres, fede a caracu de boi ou a brilhantina barata. Todos têm a pele boa e de cheiro característico, misto de fumaça, peixe moqueado e sujeira. Sempre tem piolhos, mas sua pele jamais é espinhada.
[...] mulheres, fede a caracu de boi ou a brilhantina barata (Macaggi, 2012b, p. 150).

As figurações discursivas nos apontam registros de práticas que se naturalizaram na Amazônia quando de seu processo de povoamento, mostrando o teor depreciativo durante décadas a fio, em relação ao indígena. Podemos afirmar que a tentativa de desqualificar o que configura os pertencimentos étnicos são presentes no fragmento citado, reverberam as violentas formas de agressões impressas na descrição dos corpos do indígena.

As narrativas ganham esse teor durante todo desenrolar afirmando que os indícios históricos escrituram formas violentas e preconceituosas. É a escrita como registro, arquivo historiográfico daquilo que não aparece nos manuais de história que circulam nas escolas brasileiras e que precisa ser posto à tona.

A questão da *vida nua* que estamos apontando coaduna com as situações de Exceção, tendo em vista que se naturaliza a violação da dignidade humana, do respeito ao outro em semelhança ao que é narrado por Rubens Valente, na obra *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura* (2017).

A saber que os eventos traumatizantes que acometeram a humanidade no século XX, a exemplo das duas grandes guerras mundiais, repercutem efeitos de práticas de poder soberano na historicidade da Amazônia, exemplo disso é o ciclo da borracha e os diferentes desdobramentos que causou à região. Há de ser evidenciado que a dimensão desses eventos

atingiu o espaço amazônico através das políticas desenvolvimentistas implementadas na região para manutenção dos conflitos mundiais. A esta questão Do-Vale-Monteiro nos orienta que:

Seguindo este ponto de vista, visualizamos a barbárie também através da poluição dos rios, do desflorestamento acelerado, da substituição da agricultura de subsistência, na intensificação dos conflitos de latifúndio e no etnocídio de grupos indígenas. Tais condicionantes reverberam os efeitos da Biopolítica sobre o espaço marginalizado e o sujeito explorável/matável, cujo interesse perpassa pelo domínio de poder, construindo uma espécie de espaço de Exceção “[...] afinal o mundo concentracionário e suas máquinas de tortura e morte não se restringem aos restos de Auschwitz. Em verdade, eles nos são mais familiares do que gostaríamos que fossem” (Sarmiento-Pantoja, 2014, p. 173) (Do-Vale-Monteiro, 2019, p. 79).

Os desdobramentos da barbárie, para além das violações e situações de desamparo, registram e reafirmam o corpo como escrita das históricas violações contra mulheres, indígenas, homoafetivos, cujos desfecho dos acontecimentos envolvendo estes sujeitos sociais reverberam a historiografia amazônica.

Destacamos ainda, no campo artístico literário, a obra *A queda do céu* (2015), de Davi Kopenawa e Bruce Albert, cujo foco dialógico se fortalece em uma narrativa etnográfica em que as ações humanas baseadas no consumo exacerbado é antevisto na cosmogonia yanomami enquanto prenúncio de tragédias irreparáveis.

Ressaltamos que a obra retoma acontecimentos trágicos que atingiu o povo Yanomami nas décadas de 1950 e 1960 como efeito do projeto desenvolvimentista pensado para a região Amazônica a época da ditadura civil militar que acometeu a nação brasileira, por décadas. Pois que na narrativa do Yanomami, ele afirma: “Nós nunca morremos de fome na floresta. Só morremos da fumaça de suas epidemias” (Kopenawa & Albert, 2015, p. 486).

Em outra passagem podemos observar a potência que a narrativa do Yanomami ganha e reverbera momentos contemporâneos quanto a retomada do garimpo que atinge a Terra Indígena Yanomami até os dias de hoje. Ainda que o excerto registre um momento da década de 1950/1960, repercute momentos contemporâneos enfrentados pelo povo Yanomami.

As profecias trazidas na voz narrativa do xamã Yanomami constituem a cosmogonias das catástrofes ecológicas e reverberam o mundo não indígena contemporâneo e fazem-se cada vez mais reais. Dessa forma, a busca constante pelo consumismo desenfreado gera práticas de extermínio de povos originários cuja narrativa memorialista de *A queda do Céu* retoma e desperta novamente um alerta para o pensamento desenvolvimentista, aniquilador, excludente e genocida.

O que chamamos de *xawara* são o sarampo, a gripe, a malária, a tuberculose e todas as doenças de brancos que nos matam para devorar nossa carne. Gente comum só conhece delas os eflúvios que as propagam. Porém nós, xamãs, vemos também nelas a imagem dos espíritos da epidemia, que chamamos de *xawarari*. Esses seres maléficos se parecem com os brancos, com roupas, óculos e chapéus, mas estão envoltos numa fumaça densa e têm presas afiadas. Entre eles estão os seres da tosse, *thokori*, que rasgam as gargantas e os peitos, ou os seres da disenteria, *xuukari*, que devoram as entranhas, e também os seres do enjoo, *tuhrenari*, os da magreza, *waitarori*, e os da fraqueza, *hayakorari*. Eles não comem caça nem peixe. Só têm fome de gordura humana e sede de nosso sangue, que bebem até secar [...].

Esses seres *xawarari* moram em casas repletas de mercadorias e comida, como os acampamentos de garimpeiros. É lá que cozinham as carnes dos habitantes da floresta. [...] A epidemia *xawara* prospera onde os brancos fabricam seus objetos e onde os armazenam. Sua fumaça surge deles e das fábricas em que cozem os minérios de que são feitos. É por isso que a doença e a morte golpeiam os habitantes da floresta assim que estes começam a desejar as mercadorias. [...] É acompanhando os objetos dos brancos que acabam vindo se instalar em nossas casas, como convidados invisíveis. De modo que, para nós, as mercadorias têm valor de epidemia *xawara* (Kopenawa; Albert, 2015, p. 366-368).

É evidente que a forma de narrar é o olhar do indígena sobre as ações não indígenas em um conjunto de vozes que transitam entre a voz xamã, o etnólogo e Davi, contudo convergem para um objetivo comum, a denúncia do extermínio.

Além disso, reverbera décadas de exploração do garimpo ilegal em terras indígenas, a proliferação da “fumaça do ouro” (p. 530), causadora das epidemias que geram a morte dos xamãs. A narrativa é o registro da *vida nua*, evidenciada por G. Agamben (2004) e que ao longo da Pandemia de COVID-19, trouxeram à tona, novamente as formas silenciosas de extermínios dos povos originários na Amazônia. E assim, a profecia de *A queda do céu*, metaforiza os corpos (In)Dóceis, provocativos, que vivem na constância do extermínio e exclusão.

Em *Panton pia*’, de Devair Fiorotti (2019), as narrativas de povos originários da Terra Indígena Alto São Marcos, em Roraima, é outro exemplo dos diferentes desdobramentos da biopolítica na Amazônia. O resultante dessa obra tem início no ano de 2008, com o registro e análise de narrativas cujo foco central era a mitologia e cantos. Contudo, ao longo da pesquisa nos deparamos com o registro memorialista de acontecimentos que reverberam as ações do período da ditadura civil militar na Amazônia e as práticas desenvolvimentistas que, através das políticas de povoamento, instauraram a exclusão, a escravidão, o silenciamento e a negação de línguas e práticas ancestrais de povos a exemplo dos Macuxi, Patamona, Ingaricó, entre outro. Vejamos a passagem a seguir:

AS: Ser escravos deles. Eles davam, batiam. Tenho uma lembrança, eu ainda cheguei a conhecer minha tia. O nome dela chamava Clara. Assim o branco deu nela, deu, deu, deu... Era toda marcada. A bichinha, num tempo, não sei por onde ela conseguiu vir, ela morreu envenenada de tanto desgosto assim. O branco judiava muito da gente. Isso daqui nunca me esqueci dela assim. Então, era assim. (A. S., comunidade Santa Rosa, etnia Macuxi) (Fiorotti, 2019, p. 22).

A memória age nas narrativas como denúncia de acontecimentos não escritos nos álbuns oficiais da historiografia da Amazônia brasileira. Um arquivo escriturado em forma de ficção. O que podemos enfatizar é a afirmação da *vida nua* como a versão contemporânea do que discutiu G. Agamben ao longo da obra *Homo sacer* (2002).

3 A QUESTÃO INDÍGENA EM RORAIMA/BRASIL

Os diferentes desdobramentos que a biopolítica tem ganhado fazem do campo artístico fecundo espaço de questionamento e atuação contrária as formas de poder soberano. Ao longo deste texto elencamos obras e reflexões que apontam para as diferentes formas de atuação da biopolítica e como a literatura tem usado da ficcionalidade como elemento metafórico frente aos inúmeros acontecimentos que figuram enquanto recurso criativo.

Para, além disto, reafirmamos questões envolvendo os povos originários, fortalecemos a opção teórica que toma por foco a linhagem crítica ao negacionismo, genocida e excludente que ganhou forma, nome e ato em um período de governo brasileiro que tomou para si a prática do discurso de ódio aos grupos marginalizados, defendendo e fazendo alusão a um dos períodos mais cruéis da história brasileira, a Ditadura Civil Militar. O agravamento da defesa de práticas violadoras de direitos se fortaleceu ainda mais frente ao período pandêmico que a humanidade passou, cuja ação do governo negacionista brasileiro de então, negligenciou o acesso a vacinas pela população brasileira, principalmente por grupos humanos mais vulneráveis, a exemplo de idosos, negros e indígenas.

Mais recente ainda a retomada da corrida pelo ouro, denunciada por Davi Kopenawa em *A queda do céu*, na década de 1960, ressurge com forte impacto na vida do povo Yanomami. Quanto a isto a publicação feita no site da FIOCRUZ/Brasil (Fundação Oswaldo Cruz) em 03/04/2024, “Yanomamis de nove aldeias assediadas pelo garimpo estão contaminados por mercúrio”¹, reafirma que o governo genocida foi um dos grandes propulsores dessa retomada violadora e cruel que o povo Yanomami vem, novamente, sofrendo.

¹ Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/2024/04/yanomamis-de-nove-aldeias-assediadas-pelo-garimpo-estao-contaminados-por-mercurio>. Acessado em 09 jun. 2024.

Em 24/04/2024, o canal CNN/Brasil noticiou em seu site que “Indígenas rendem garimpeiros em território Yanomami de Roraima”² o que nos leva a comentar que, para além das ações do estado brasileiro no sentido de amenizar as ações dos garimpeiros, os Yanomami criaram formas de permanecer agindo e contrários às ações invasoras em seu território.

Seguindo essa mesma linha, a BBC/Brasil publicou em 09/04/2020, a seguinte reportagem “Em meio à covid-19, garimpo avança e se aproxima de índios isolados em Roraima”³. Nela são expostos significativos argumentos que registram o descaso praticado pelo governo negacionista, no Brasil de então, frente aos povos originários em pleno período pandêmico. A reportagem retoma o que Agamben (2002) aborda enquanto *vida nua* e afirma as diferentes formas que a biopolítica atua na contemporaneidade no sentido de gerir e eliminar o corpo In-Dócil, matável, e que reverbera a profecia narrada em *A queda do céu* (2015). Vejamos:

No caso de indígenas isolados, os riscos são ainda maiores, pois vários desses grupos não têm qualquer memória imunológica contra outros vírus que podem ser levados por forasteiros e que poderiam agravar um eventual surto de covid-19 nas comunidades (BBC, 2020).

O fragmento reafirma o corpo Yanomami enquanto um dos que melhor representa a perversa forma contemporânea, de agir, da biopolítica em favor do estado soberano. Similar a esse excerto é a publicação feita no site do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), em 18/09/2020, cujo título potencializa nossa construção argumentativa quanto a *vida nua*: “Ignorados pelo Estado, povos indígenas no Amazonas e Roraima contam com solidariedade para enfrentar covid-19”⁴. Dessa forma, a reportagem fortalece a prática de extermínio efetivada ao longo da historiografia amazônica, cujo período pandêmico agiu como espelhamento do lastro de acontecimentos genocidas sobre este grupo étnico. A saber que:

Sem nenhum Plano Emergencial para barrar o avanço da covid-19 por parte do Estado, em poucos dias o vírus se alastrou. Nos municípios do Alto Solimões, mais de 30 indígenas foram contaminados já nas primeiras semanas, entre eles lideranças históricas que perderam a batalha para a covid-19 no período mais crítico, entre abril e maio. O líder geral dos Kokama, Edney Samias, perdeu vários familiares, inclusive seu pai (CIMI, 2020).

² Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/indigenas-rendem-garimpeiros-em-territorio-yanomami-de-roraima/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52225713>. Acesso em: 10 jun. 2024.

⁴ Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/09/ignorados-pelo-estado-povos-indigenas-no-amazonas-e-roraima-contam-com-solidariedade-para-enfrentar-covid-19/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Os fragmentos potencializam nossas reflexões quanto a *vida nua* e apontam os corpos (In)Dóceis enquanto alvo das políticas de extermínio, contemporâneas. Repercutem ainda, não apenas a violência física, mas apontam para formas simbólicas de deixar no outro, registrado, as marcas das experiências traumáticas às gerações futuras.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O apagamento da memória coletiva das referências à tortura, bem como sua banalização, potencialmente reforçam as chances de naturalizá-la e ignorar a intensidade de seu impacto. O esquecimento é, nesse sentido, em si, uma catástrofe coletiva (Ginzburg, 2010, p. 282).

Ao longo deste texto elencamos elementos que enfatizam um entendimento de memória alinhada ao que diz Jaime Ginzburg ao enfatizar que o esquecimento das barbáries cometidas ao longo de nossa história amazônica brasileira é também um dos desdobramentos da biopolítica que prima pelo apagamento da memória.

Trazemos essa reflexão oportunizada pelo excerto para fortalecer a argumentação de que a arte literária é forte aliada na manutenção da memória e forma de resistência contrária a negação de uma revisão dos registros e períodos históricos. Entendemos dessa forma, pois se há uma insistência em negar o período de chumbo da história brasileira e amazônica, a literatura pode agir como dispositivo de desconstrução do negacionismo.

Dessa forma, a literatura passa a ser entendida como arquivo de acontecimentos negados e escamoteados dos registros em cujas gerações de jovens que não vivenciaram esse período tem o direito de tomar conhecimento sobre as circunstâncias que envolveram práticas e de extermínio do outro, justificados pelos discursos de desenvolvimento, de controle da soberania, a bem da pátria, da “família” e do mercado.

A memória coletiva do período ditatorial no Brasil prescinde de avivamento e a arte é um dos recursos que pode dispor de meios para que ele não caia no esquecimento (Figueiredo, 2017, p. 44), pois se a História oficial e oficiosa prima pela negação e produz o discurso de ódio a tudo que lhe provoca e lhe causa desconforto é necessário reavivar a memória todas e quantas vezes forem necessárias para que acontecimentos e barbáries possam ser vistos como algo a não ser mais praticado.

A arte como arquivo ressalta a submissão às práticas de violência, demonstram as efetivas formas como são tratados os grupos subalternizados e principalmente os indígenas,

durante a história social da Amazônia ao longo das políticas de povoamento implementadas na região.

A escritura memorialista, apresentada ao longo deste texto, demonstra que a historiografia da maneira como é narrada, pode esconder raízes mais profundas negadas nos registros historicamente difundidos. Pois se as violações de direitos, descritos nas tramas narrativas, apresentadas ao longo deste texto deixam efeitos na maneira de agir das personagens, seja na representação do desamparo ou mesmo nas experiências traumáticas, é sinal de que existe uma possibilidade de insistir na arte como potência criativa da vida e não apenas nas formas de poder que agem sobre ele.

Neste caso a arte é a potencializadora da vida. Um outro ponto a ser considerado é a possibilidade dessa insistência da literatura em abordar a memória como ato criativo e a capacidade humana de ser normativa e não simplesmente se adequar às normas construídas socialmente.

É justamente na apropriação criativa daquilo que atua para manter as formas de controle e poder que encontramos nas obras literárias as reverberações de acontecimentos que se desdobram e se reafirmam na historiografia contemporânea, principalmente quando estas apresentam cenas de violações de direitos que remontam o período de chumbo que acometeu a nação brasileira.

A narrativa da exclusão do outro se afirma através do extermínio de grupos étnicos inteiros por não se ajustarem aos moldes do ordenamento capitalista neoliberal. A *vida nua*, politicamente desqualifica, provocativa e “(In)Dócil”, é profanadora da “honra”, da “ordem” e dos “bons costumes”.

Nessa seara, o espaço também repercute a profanação pois atua sobre a força violenta da grilagem e apropriação de terras e imprime lastros de violência e extermínio. É nesse sentido que entendemos que a própria condição de existência indígena, negra, homoafetiva repercute na linguagem artística literária representações de corpos matáveis, (In)Dóceis, a *vida nua*.

REFERÊNCIAS

ABREU, Caio Fernando. Ascensão e queda de Robhéa, manequim & robô. In: **O ovo apunhalado**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- BOSI, Alfredo. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**. Conselho Indigenista Missionário: Brasília, 2020.
- DO-VALE-MONTEIRO, Huarley Mateus. **Biopolítica e literatura**: corpos indígenas, mestiços e (In)Dóceis em romances de Nenê Macaggi. 2019. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- ESPOSITO, Roberto. **Bios, biopolítica e filosofia**. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.
- FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: Letras, 2017.
- FIOROTTI, Devair. **Panton Pia'**: Eremukon do circum-Roraima. Rio de Janeiro. Editora Museu do Índio – FUNAI, 2019.
- FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 285-315.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempos de violência**, 2010. Tese (Livre docência em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- GINZBURG, Jaime. **Literatura, violência e melancolia**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.
- HATOUM, Milton. **Cinzas do norte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HATOUM, Milton. **A noite da espera**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017a.
- HATOUM, Milton. **A noite da espera**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017b.
- HATOUM, Milton. **Pontos de fuga**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- HATOUM, Milton. **Dois irmãos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã Yanomami. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- JURANDIR, Dalcídio. **Romance Marajó**. Belém: Catedra – MEC. CEJUP, 1992.

- JURANDIR, Dalcídio. **Belém do Grão-Pará**. 2. ed. Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004 [1960].
- JURANDIR, Dalcídio. **Primeira Manhã**. 2. ed. Belém: EDUEPA, 2009 [1967].
- JURANDIR, Dalcídio. **Chove nos campos de cachoeira**. 6. ed. Belém: UNAMA, 1998 [1941].
- JURANDIR, Dalcídio. **Três casas e um rio**. 3. ed. Belém: CEJUP, 1994 [1958].
- JURANDIR, Dalcídio. **Passagem dos Inocentes**. 2. ed. Belém: Falângola, 1984 [1963].
- JURANDIR, Dalcídio. **Ribanceira**. Rio de Janeiro: Record, 1978.
- JURANDIR, Dalcídio. **Chão dos Lobos**. Rio de Janeiro: Record, 1976b.
- JURANDIR, Dalcídio. **Ponte do Galo**. São Paulo: Martins; Rio de Janeiro: INL, 1971.
- JURANDIR, Dalcídio. **Os Habitantes**. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.
- LEMINSKI, Paulo. **Distraídos venceremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MACAGGI, Nenê. **Dadá-gemada doçura amargura**. [mimeografado], 1980.
- MACAGGI, Nenê. **Exaltação ao Verde (Terra-Água-Pesca): o Romance do Baixo Rio Branco**. [mimeografado], 1984.
- MACAGGI, Nenê. **A mulher do garimpo: o romance no extremo sertão do Amazonas**. 2. ed. Boa Vista – RR: Gráfica Real, 2012a.
- MACAGGI, Nenê. **Nará-Sué Uarená: o romance dos Xamatautheres do Parima**. Boa Vista: Gráfica Real, 2012b.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MOREIRA, Alex Santos. **Narradores do extremo norte: o ciclo romanesco de Dalcídio Jurandir**. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/14222>. Acesso em: 27 jan. 2026.
- NASCIMENTO DOS SANTOS, Daiana. **Esclavización moderna en la novela Morte sul peste oeste del brasileño André Timm**. Nueva Revista del Pacífico, n. 77, 124-138, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0719-51762022000200124>. Acesso em: 27 jan. 2026.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral: uma polêmica**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

SARMENTO-PANTOJA, Tânia. **Literatura e História**: intermediações sobre a Amazônia em Benedicto Monteiro e João de Jesus Paes Loureiro. Curitiba: XII Congresso Internacional da ABRALIC Centro, Centros – Ética, Estética, 2011.

SARMENTO-PANTOJA, Tânia; MORAES, Viviane Dantas. “Vidas viradas pelo avesso”. **Catástrofe e biopolítica na literatura: contribuições para a crítica literária. Literatura e Autoritarismo**, n. 21, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1679849X37680>. Acesso em: 27 jan. 2026.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho na era biopolítica: reflexões sobre a exclusão, a violência e a vida nua. **Contra-corrente**: Revista de Estudos Literários, Manaus, v. 2, n. 2, p. 121-140, 2011. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/472>. Acesso em: 24 maio 2024.

SOUZA, Márcio. **Galvez, imperador do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUZA, Márcio. **Mad Maria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

SOUZA, Márcio. **Cadernos de Literatura Brasileira**: Márcio Souza. Instituto Moreira Salles (IMS), 2003.

SOUZA, Márcio. **O fim do terceiro mundo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. Manaus: Valer, 2009.

SOUZA, Márcio. **Amazônia Indígena**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VARGAS, Getúlio. O discurso do Rio Amazonas. **Revista Brasileira de Geografia**. p. 259-262, abr./jun, 1942. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n2.pdf. Acesso em: 08 jan. 2018.

Submissão em: 10/08/2025

Aprovação em: 18/04/2026

ⁱ Este artigo está vinculado ao projeto de pós-doutorado “Formas de (re)existência em narrativas de mestres e mestradas carimbozeiro(a)s do circuito da água doce, Marapanim/Pa-BR” desenvolvido no Departamento de Artes Integradas-Universidad de Playa Ancha. Além disso, se vincula ao proyecto 'Esclavización moderna en la novela de África y Latinoamérica' de Fondecyt Regular 2025, Folio 1251309, ao Laboratorio Océanos y Catástrofes e a Cátedra Fernão de Magalhães do Camões Instituto- PT' coordenados pela Dra. Daiana Nascimento dos Santos na Universidad de Playa Ancha, Chile.